

# HEITOR VITOR MENDONÇA SICA

Professor Associado de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Livre-docente, Doutor e Mestre em Direito Processual Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Advogado.

COORDENADORES

---

JOSÉ ROBERTO F. GOUVÊA  
LUIS GUILHERME A. BONDIOLI  
JOÃO FRANCISCO N. DA FONSECA



## COMENTÁRIOS AO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

---

ARTS. 236 A 293

2019

ISBN 978-85-536-1226-0

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Sica, Heitor Vitor Mendonça

Comentários ao código de processo civil : da comunicação dos atos processuais até do valor da causa : vol. V: arts. 236 a 293 / Heitor Vitor Mendonça Sica ; coordenação de José Roberto Ferreira Gouvêa, Luis Guilherme Aidar Bondioli, João Francisco Naves da Fonseca. -- São Paulo : Saraiva Educação, 2019.

1. Processo civil 2. Processo civil - Leis e legislação - Brasil I. Título II. Gouvêa, José Roberto Ferreira III. Bondioli, Luis Guilherme Aidar IV. Fonseca, João Francisco Naves da

19-0797

CDU 347.9(81)(094.4)

Índice para catálogo sistemático:

1. Processo civil - Leis e legislação - Brasil 347.9(81)(094.4)

Data de fechamento da edição: 29-5-2019

Dúvidas? Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605873 CAE 654626

## AGRADECIMENTOS

Registro sincero agradecimento aos caríssimos Eduardo Henrik Aubert e Elie Pierre Eid pela inestimável ajuda, sem a qual teria sido absolutamente impossível a elaboração deste volume.

**saraiva**  
EDUCAÇÃO

**saraiva**  
EDUCAÇÃO

1 Cardoso, 7.221, 1º andar, Setor B  
Paulo – SP – CEP 05425-902

[sets@somoseduacao.com.br](mailto:sets@somoseduacao.com.br)

**autora** Flávia Alves Bravin  
**coordenadora** Renata Pascual Muller  
**coordenador** Roberto Navarro  
**coordenadora** Ana Paula Santos Matos  
**revisora** Murilo Anjeli Dias dos Santos  
**coordenadora** Eveline Gonçalves Denardi (coord.)  
Deborah Caetano de Freitas Viadana  
**coordenadora** Verônica Pivisan Reis  
**coordenadora** Mônica Landi (coord.)  
Claudirene de Moura Santos Silva  
Fernanda Matajs  
Guilherme H. M. Salvador  
Tiago Dela Rosa  
**coordenadora** Clarissa Boraschi Maria (coord.)  
Juliana Bojczuk Fermino  
Ketli Priscila Pinto  
Marília Cordeiro  
**coordenadora** Fernando Penteado (coord.)  
Mônica Gonçalves Dias  
Tatiana dos Santos Romão  
**coordenadora** Melissa Rodriguez Arnal da Silva Leite  
**coordenadora** Fabricando Ideias Design Editorial  
**coordenadora** PBA Preparação e Revisão de Textos  
**coordenadora** Aero Comunicação / Danilo Zanott  
**coordenadora** Marli Rampim  
Sergio Luiz Pereira Lopes  
**coordenadora** Edições Loyola

to, foi determinante para que ele se tornasse realidade. A todos os  
deve ficar. Foi um apuro, mas um sucesso aguçado e merecido!

Com a chegada do ano de 2016, o Código de Processo Civil entrou em  
vigor após a sua publicação e já alterado pela Lei n. 13.256, de 1 de  
julho de 2016. Foi o período de maior reflexão e estudo na história pro-  
cessual do País. E é um extrato dessa reflexão e desse estudo que  
você verá presente nesta coleção de *Comentários ao Código de Processo*  
Civil, organizada em 21 volumes, que, esperamos, contribuam para a boa com-  
preensão e aplicação da lei processual mais importante do Brasil.

Julho de 2016.

**José Roberto Ferreira Gouvêa**  
**Luis Guilherme Aidar Bondioli**  
**João Francisco Naves da Fonseca**

## SUMÁRIO

<i>Agradecimentos</i> .....	5
<i>Apresentação</i> .....	11

### Título II

#### DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS

### Capítulo I

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

Arts. 236 e 237.....	23
1. Objeto e estrutura do Título II da Parte Geral.....	23
2. Atos processuais dos auxiliares da justiça que dependem e que não dependem de ordem do juiz.....	24
3. Atos processuais das partes que dependem e que não dependem de decisão do juiz .....	26
4. Limites ao exercício de poder jurisdicional e a necessidade de cooperação entre órgãos investidos de jurisdição.....	27
5. Conceito, função, classificações e natureza jurídica das cartas .....	28
6. Breve histórico das cartas.....	31
7. Carta de ordem .....	42
8. Carta rogatória .....	44
9. Carta precatória .....	45
10. Carta arbitral .....	47
11. Cartas como instrumento fundamental (mas não único) de comunicação e cooperação entre órgãos jurisdicionais .....	48
12. Cartas e suspensão do processo em que foram expedidas.....	50
13. Sistematização dos possíveis locais e forma de realização de atos processuais em geral: breve introdução .....	50
14. Sistematização dos possíveis locais e formas de realização de citações e intimações.....	51

utilização dos possíveis locais e formas de realização dos atos probatórios.....	57
utilização de atos relativos à instrução probatória por videoconferência.....	59
utilização dos possíveis locais e formas de realização dos atos probatórios.....	57

## Capítulo II DA CITAÇÃO

.....	58
histórico dos atos de comunicação às partes (citação e intimações).....	58
alterações na conceituação de citação no CPC de 1973.....	80
alterações na diferenciação entre citação e intimação no CPC de 2015.....	82
introdução das normas sobre citação e intimação no CPC de 2015.....	87
conceito do “réu”.....	88
conceito do “interessado”.....	89
conceito do “executado”.....	91
relação entre citação e contraditório.....	92
possibilidade de distinção entre citação e intimação com base na terminologia do CPC.....	93
possibilidade de distinção entre citação e intimação com base no conteúdo formal.....	95
possibilidade de distinção entre citação e intimação centrada no conteúdo substancial.....	96
o critério para diferenciar citação e intimação: efeitos.....	96
o critério para diferenciar citação e intimação: temporal.....	104
o critério para diferenciar citação e intimação: destinatários.....	104
o conteúdo de notificação.....	105
.....	108
consequências da citação ou inadequação formal da citação: natureza do ato processual.....	108
consequências do vício da citação: alegação no curso do processo.....	111

34. Falta ou vício da citação: alegação posterior ao trânsito em julgado da sentença de procedência.....	114
36. Ingresso voluntário.....	116
Art. 240.....	118
37. Elementos processuais da citação.....	118
38. Elementos materiais da citação: tornar litigioso o direito deduzido em juízo.....	121
39. Elementos materiais da citação: constituição do devedor em mora.....	122
40. Elemento material da decisão que ordena a citação: interrupção da prescrição.....	124
Art. 241.....	127
41. Ciência do réu quanto à sentença proferida antes de sua citação.....	127
Art. 242.....	129
42. Primazia da citação pessoal.....	129
43. Citação na pessoa do (re)presentante legal.....	131
44. Citação na pessoa do procurador, mandatário, preposto, administrador ou gerente.....	132
45. Citação do locador que se ausentar do Brasil.....	134
46. Citação da União, Estados e Municípios e suas autarquias e fundações.....	134
Art. 243.....	135
47. Lugar da citação.....	135
Art. 244.....	137
48. Momento da citação.....	137
Art. 245.....	140
49. Citação do mentalmente incapacitado.....	141
Art. 246.....	142
50. Esclarecimentos iniciais sobre as diferentes modalidades formais de citação.....	143
51. Citação por meio de ato do escrivão ou chefe de secretaria.....	143
52. Citação eletrônica, conforme arts. 5º e 6º da Lei n. 11.419/2006.....	144
53. Citação por mensagem de correio eletrônico – inadmissibilidade.....	147

ção na pessoa do advogado .....	143
ção de preferência dos meios de citação.....	149
ção dos confinantes na ação de usucapião.....	150
.....	151
requisitos gerais da citação pela via postal .....	151
.....	153
emissão e recebimento da carta de citação .....	154
emissão da pessoa jurídica .....	156
emissão em portaria de condomínio edilício ou loteamento com chave de acesso .....	157
.....	159
requisitos gerais da citação por mandado .....	159
.....	160
emissão do mandado de citação .....	160
.....	162
validade do mandado de citação .....	162
.....	163
requisitos gerais da citação por hora certa .....	163
.....	166
emissão da citação por hora certa .....	166
.....	167
particularidades adicionais à citação por hora certa .....	167
.....	168
emissão por mandado em comarcas contíguas.....	168
.....	169
emissão de citação .....	170
requisitos de cabimento da citação por edital .....	171
requisitos certos .....	172
requisitos desconhecidos.....	173
requisitos local ignorado, incerto ou inacessível .....	174

3. Citação por edital em feitos processados estragamente.....	175
Art. 257 .....	176
4. Formação do edital de citação.....	176
Art. 258.....	177
5. Responsabilidade do autor que requer a citação por edital indevidamente .....	178
Art. 259.....	178
6. Hipóteses de citação por edital obrigatória.....	178

### Capítulo III DAS CARTAS

Art. 260.....	180
77. Requisitos formais das cartas .....	180
Art. 261.....	183
78. Prazo para cumprimento da carta pelas partes e pelo órgão desti- natário .....	183
79. O contraditório nas cartas.....	185
Art. 262.....	186
80. Carta itinerante .....	186
Art. 263.....	187
81. Cartas por meio eletrônico, com assinatura digital .....	187
Art. 264.....	188
82. Cartas por meio eletrônico, sem assinatura digital, telefone ou telegrama .....	188
Art. 265.....	189
83. Distribuição e processamento das cartas.....	189
Art. 266.....	190
84. Despesas relativas às cartas .....	190
Art. 267.....	190
85. Recusa no cumprimento das cartas.....	191

.....	193
ção das cartas.....	194

**Capítulo IV  
DAS INTIMAÇÕES**

.....	194
to de intimação e sua função.....	194
ritérios das intimações.....	195
dades de intimação e ordem de preferência entre elas .....	196
ção realizada diretamente pelo advogado de uma parte ao do da outra.....	199
ção dos entes da Administração Pública direta, autárquica e onal .....	202
.....	203
ções por portal eletrônico .....	204
.....	205
o oficial para as intimações.....	205
.....	206
ão <i>versus</i> publicação .....	207
la Justiça eletrônico .....	207
dades a serem observadas nas intimações por Diário da Jus- rônico.....	208
ão e carga de autos físicos .....	210
inadequação formal da intimação: natureza do vício e for- argui-lo .....	211
.....	212
de intimação alternativas aos meios eletrônicos .....	212
.....	213
ritérios das intimações .....	213
.....	214
io por mandado .....	214

**Título III  
DAS NULIDADES**

Art. 276 a 283.....	215
100. E a Lucroamento inicial.....	216
103. Do direito romano ao direito canônico: em direção a uma dou- trina das nulidades .....	217
104. O direito comum europeu e o direito português: um sistema flexível	220
105. Breve retrospecto do direito brasileiro .....	225
106. Premissas para análise dogmática das invalidades processuais à luz do CPC de 2015 .....	234
107. Objeto dos vícios: atos jurídicos processuais em sentido estrito e negócios jurídicos processuais .....	235
108. Caracterização dos vícios: planos da existência, da validade e da eficácia .....	237
109. Atos processuais juridicamente inexistentes .....	240
110. Invalidade, nulidade e anulabilidade .....	244
111. Sujeitos que praticam atos viciados: posições jurídicas dos sujeitos imparciais e parciais do processo .....	248
112. Inadmissibilidade dos atos processuais das partes .....	254
113. Nulidade dos atos processuais das partes .....	257
114. Tipologia dos vícios: forma em sentido estrito, tempo e lugar.....	258
115. Vícios dos atos processuais quanto à forma em sentido estrito .....	259
116. Vícios dos atos processuais quanto ao tempo .....	261
117. Vícios dos atos processuais quanto ao lugar .....	264
118. Tipologia dos vícios: vícios de fundo dos atos processuais.....	266
119. Liberdade das formas (art. 188) e instrumentalidade das formas (arts. 188, 277 e 282, §§ 1º e 2º).....	269
120. Finalidade e prejuízo (arts. 188, 277 e 282, §§ 1º e 2º) .....	271
121. Análise da frustração da finalidade e da ocorrência de prejuízo em caráter retrospectivo e em caráter prospectivo .....	272
122. Alegação e prova de frustração da finalidade e da ocorrência de prejuízo .....	273
123. Hipóteses excepcionais de prejuízo presumido.....	274
124. Mecanismos empregados pelo sistema para evitar a decretação da invalidade: convalidação, suprimento e superação .....	278

.....	279
ento de vícios dos atos das partes .....	279
ento de vícios dos atos do juiz .....	281
ção do vício, no curso do processo e após o advento da coisa material (e outros fenômenos de estabilização similares) ...	282
de invalidades e sistema de preclusões .....	284
de invalidades e boa-fé .....	285
de sistematização quanto às espécies de invalidades: in- a de tricotomia nulidades absolutas/nulidades relativas/anu- des ou de dicotomia nulidades absolutas/relativas .....	290
io do interesse (art. 276) .....	293
io da causalidade (arts. 282, <i>caput</i> , e 283) .....	294
o da fungibilidade e outros fenômenos que com ele não se lem (suprimento e conversão) .....	295
o da primazia do julgamento de mérito (arts. 282, § 2º, e 488)	296
princípios aplicáveis ao sistema de invalidades .....	298
o processo por falta de intervenção do Ministério Público obrigatória (art. 279) .....	298
vício da citação (art. 280) .....	299
vício da intimação (art. 280) .....	305
processo ou erro de procedimento (art. 283)? .....	306
de escolha do procedimento pelo autor .....	310

#### Título IV

##### DA DISTRIBUIÇÃO E DO REGISTRO

.....	313
.....	313
ição .....	316
.....	317
ição livre .....	317
.....	318
taxativo .....	319
ição por dependência a processo em andamento por economia al e harmonia decisória (incisos I e III) .....	319

11. Distribuição por dependência a processo final para evitar fraude (inciso II) .....	321
12. Vedação a "escolha do juiz" e intervenção litisconsorcial vo- luntária .....	324
13. Projeto de ampliações subjetivas e alterações subjetivas da relação processual .....	326
Art. 287 .....	327
14. Junta de procuração .....	327
Art. 288 .....	328
15. Correção e compensação na distribuição .....	328
Art. 289 .....	329
16. Publicidade da distribuição .....	329
Art. 290 .....	330
17. Efeitos da extinção do processo sem resolução de mérito por falta de recolhimento de custas sobre o ato de distribuição .....	330

#### Título V

##### DO VALOR DA CAUSA

Art. 291 .....	331
18. Generalidades .....	331
19. Finalidades do valor da causa e o benefício econômico obtido com a demanda .....	332
20. Indeterminação ou desconhecimento do valor da causa .....	335
21. Demandas desprovidas de conteúdo econômico ou cujo integral valor não se conheça .....	336
22. Litisconsórcio e valor da causa .....	336
Art. 292 .....	338
23. Determinação <i>ex lege</i> do valor da causa .....	338
24. Demandas destinadas à cobrança de dívida .....	339
25. Demandas que versem sobre ato jurídico .....	340
26. Cobrança de alimentos .....	341
27. Divisão, demarcação e reivindicação de bem imóvel .....	342
28. Demanda indenizatória e o dever de apontar o valor do dano moral .....	342

165. Valor da causa e cumulação de pedidos .....	343
166. Prestações vencidas e vincendas .....	344
167. Correção <i>ex officio</i> .....	344
<b>Art. 293</b> .....	<b>344</b>
168. Alegação de incorreção do valor da causa na contestação .....	344
<i>Bibliografia</i> .....	345